

## CRÍTICA DA FORMAÇÃO POLÍTICA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA: VINTE ANOS DE DEBATE *IN STRICTO SENSU*

Guilherme Gil da Silva

### RESUMO

Há vinte anos, duas dissertações de mestrado vinham a público apresentando resultados de pesquisas sobre “a formação política do professor de Educação Física”. Diante da conjuntura atual são possíveis alguns avanços, os quais pretendo esboçar minimamente, nos limites aqui colocados. Este trabalho objetiva polemizar com as pesquisas sobre a formação política do professor de educação física na perspectiva teórica e metodológica de “encontrar o novo por meio da crítica do velho”. Farei a crítica das pesquisas sobre este objeto apontando subsídios para o estudo sobre o aspecto específico da formação política na formação de professores de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Física; Formação de Professores; Formação Política.

### RESUMEN

Hace veinte años, dos tesis de maestría se publicaran con resultados de investigación sobre “la formación política del profesor de Educación Física”. Dada la situación actual, son posibles algunos avances, que esbozo mínimamente. Este estudio crea una polémica con las investigaciones sobre la formación política del profesor de Educación Física en la perspectiva teórica y metodológica de "encontrar lo nuevo por medio de la crítica de lo viejo". Voy hacer la crítica de las investigaciones sobre este objeto señalando las subvenciones para el estudio sobre el aspecto específico de la formación política en la formación de profesores de Educación Física.

Palabras-clave: Educación Física; Formación de Profesores; Formación Política.

### ABSTRACT

Twenty years ago, two Master's thesis were published with results about “the policy formation of the Physical Education teacher”. Given the current situation are possible some progress, which I intend to sketch minimum, considered the limits placed here. This study aims arguing with the research on the policy formation of the physical education teacher in theoretical and methodological perspective of "finding the new by the criticism of the old". I will criticize the researches about this object pointing grants for the study on the specific aspect of policy formation in the formation of Physical Education teachers.

Keywords: Physical Education; Teacher's Formation; Policy Formation.

### *Introdução*

Há vinte anos, duas dissertações de mestrado vinham a público apresentando seus resultados de pesquisas sobre “a formação política do professor de Educação

Física”. Transcorrido este período, diante da conjuntura atual são possíveis alguns avanços, os quais pretendo esboçar minimamente, dentro dos limites aqui colocados.

Este trabalho objetiva polemizar com as pesquisas sobre a formação política do professor de educação física na perspectiva teórica e metodológica de “encontrar o novo por meio da crítica do velho”. Farei a crítica das pesquisas sobre este objeto apontando uma discussão que indica subsídios para o estudo sobre o aspecto específico da formação política na formação de professores de Educação Física. Este debate se faz com a convicção de sua riqueza e importância para a área e vislumbrando a possibilidade, na pior das hipóteses, de clarear melhor as posições de seus formuladores.

A política é um complexo social que emana das relações de poder entre os seres humanos, mas, para melhor defini-la, é necessário compreender a sua gênese ontológica, ao mesmo tempo em que procurar saber o que a política objetivamente “é”. Estas são algumas das considerações de Lessa Filho (2007) ao tratar do tema; todavia, não estão presentes nas pesquisas que versam sobre a “formação política do professor de Educação Física”. Tecerei uma crítica de duas pesquisas de mestrado defendidas em programas de pós-graduação brasileiros, que compõem as referências centrais deste trabalho.

A intenção ao criticar estas duas pesquisas é fazê-lo segundo a indicação da perspectiva de crítica em Marx:

para Marx, crítica é: a) análise genética das entificações (o que é), b) busca histórico-social dos pressupostos (como se formou), c) explicitação da processualidade do ser em si mesmo (como se desenvolve) e d) exposição dos limites e possibilidades de transformação do real (como ir radicalmente adiante) (MOREIRA NETO; LIMA; TONET, 2009, p.170)

Não tenho a pretensão de que todos estes aspectos caibam neste trabalho, mas vislumbro a possibilidade de aproximar-me ao máximo desta perspectiva no sentido de avançar cientificamente na análise sobre o objeto desta pesquisa.

#### *A formação política do professor de Educação Física: crítica das pesquisas de duas décadas*

A dissertação de Cecy Funck Rubin defendida em 1987 na Universidade Federal de Santa Maria e intitulada *A formação política do professor de Educação Física: uma visão gramsciana* é a primeira pesquisa em nível de *stricto sensu* que trata deste objeto de estudo. A pesquisadora utilizou-se das categorias “sociedade civil” e “hegemonia” de Gramsci para interpretar a formação dispensada em um curso de formação inicial de educação física. Seu estudo indica o privilégio da “competência técnica”, a despeito do enfoque ao “compromisso político” na formação dos professores (RUBIN, 1987).

Da mesma década, há a pesquisa de Amarílio Ferreira Neto, defendida em 1989 na Universidade Gama Filho e intitulada *A formação política do professor de Educação Física*, que procurou identificar onde e como se realizava a formação política dos professores de educação física na Universidade Federal de Sergipe. O autor conclui ao final que o perfil da formação política mostra-se como “liberal”, sendo que a referida formação se dava no cotidiano da vida na sociedade (FERREIRA NETO, 1989).

São estas as duas pesquisas encontradas nos bancos de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e do Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em Educação, Educação Física e Educação Especial (NUTESES), que versam sobre “a formação política do professor de Educação Física”. Nota-se que ambas as pesquisas de *stricto sensu* são defendidas em um intervalo de tempo bastante próximo, já beirando os anos de 1990; entretanto, os locais de realização das pesquisas e de defesa são distantes, o que não parece indicar alguma sintonia dos estudos ou a sua articulação como projeto interinstitucional. O que as une em termos de metodologia é o fato de ambas apresentarem como central a referência de Antonio Gramsci, teórico fundador do Partido Comunista Italiano, que viveu entre 1891 e 1937.

Ainda nesta aproximação às duas pesquisas, dois aspectos que chamam mais atenção são o fato de que não há produções posteriores a estas que tematizem especificamente a formação política na educação física<sup>1</sup> e, além disso, o próprio período em que foram realizadas e defendidas, já que a segunda metade da década de 1980 representa na história brasileira o final da ditadura civil-militar e a chamada “redemocratização”<sup>2</sup>.

De posse destes dados, podemos supor que o período de “reabertura política”, depois de duas décadas de amordaçamento das pesquisas “progressistas” e de referenciais teóricos ligados à “esquerda”, tenha motivado ou permitido estes pesquisadores, nesta época, a voltarem-se para a pesquisa sobre o caráter político da formação de professores. Além disso, a ausência de outras pesquisas sobre este objeto na área da educação física pode também trazer algumas indicações, tais como o arrefecimento desta discussão ou a desmotivação dos pesquisadores da área pelo tema.

Neste ínterim, a chamada “crise de identidade” tem sido apontada como um marco importante na história da Educação Física brasileira, sendo ela uma expressão do movimento mais geral que se vislumbra em uma nova determinação nos marcos do capitalismo. O que se expressa na Educação Física, no particular, é expressão do geral que se dá no marco da reestruturação do capital, que tem no neoliberalismo sua nova face.

A questão colocada acima visa trazer à tona um primeiro aspecto para a análise que pretendo estabelecer, qual seja, o de que as duas pesquisas realizadas sobre a formação política de professores de Educação Física buscaram responder a questões eminentemente conjunturais, isto é, situadas em um tempo histórico determinado. O que não é errado, adianto desde já – em última análise, um pesquisador ao realizar sua pesquisa não pode fugir ao fato de responder às questões do seu tempo.

---

<sup>1</sup> Em nível de *stricto sensu*, sobre a Educação Física, nas fontes e pelos parâmetros pesquisados, não há outras pesquisas. Em outras fontes, há a publicação do próprio Ferreira Neto de um capítulo no livro organizado por Sebastião Votre, em que apresenta a sua dissertação em forma condensada e, ainda, um artigo publicado na Revista Motrivivência, com o mesmo conteúdo (FERREIRA NETO, 1993a; 1993b).

<sup>2</sup> Eduardo Galeano, no filme Granito de Arena (2005) fala sobre a democracia com a seguinte fábula: “O cozinheiro convocou todas as aves... os frangos, os pavões, os patos. Quando todas as aves estavam reunidas o cozinheiro perguntou-lhes em que tipo de molho cada uma gostaria de ser comida. Então, uma das aves disse: ‘eu não desejo ser comida em molho nenhum’ e o cozinheiro lhe informou que isso estava fora de questão. Ou seja, agora temos a liberdade de escolher com que molho seremos comidos, dentro de certos limites. Esta é uma ditadura disfarçada de democracia, onde se diz a todos os países que eles têm igualdade de direitos, mas na realidade não temos nada além do direito de obedecer aos pouquíssimos países que mandam”. Considero que não há, do ponto de vista das relações de produção, diferença essencial entre o período da ditadura civil-militar e o período da “redemocratização” que vivemos no Brasil, já que não houve um processo de ruptura com a “ditadura do capital”.

Assim, é discussão já realizada em diversas outras oportunidades o fato de que os estudiosos da Educação Física, nas décadas de 1980 e 1990, procuravam contrapor novas formulações àquelas que pudessem ser remetidas ao período da ditadura civil-militar. Nesse sentido, percebe-se nas produções deste período um alinhamento com uma ou outra perspectiva (mais “progressista” ou mais “conservadora”), o que se traduz na vasta produção do período, em que muitos pesquisadores e instituições se lançam no embate de uma Educação Física que mantinha ou confrontava seus pressupostos<sup>3</sup>.

É possível situar estas disputas intestinas à Educação Física como expressão do mais geral que ocorria na sociedade, com a constituição de novos partidos políticos, movimentos sociais, enfim, um novo quadro que se delineava nas lutas sociais, com uma clara ascensão dos movimentos confrontacionais no enfrentamento direto com as forças conservadoras do antigo regime. Em maior grau nos anos de 1980, durante o período de “reabertura”, e em menor grau já nos anos de 1990, ao fim e ao cabo, tratam-se de grupos que representam interesses opostos e que são também expressão da luta entre as classes fundamentais de nossa sociedade – a burguesia e o proletariado – às vezes proposital e conscientemente, às vezes de forma velada ou sem esta concepção demonstrada claramente pelos pesquisadores.

Há outro fato, que diz respeito à “politização” da educação, justamente no período em que pesquisaram nossos interlocutores. Pereira argumenta que

A discussão sobre a “natureza classista” das profissões e instituições universitárias fez-se presente em quase todas as áreas do campo acadêmico, nas décadas de 70 e 80 [...]. De fato, a politização parece ter sido mais forte nas ciências sociais que nas exatas, mais presente nas ciências exatas que em Direito e Medicina, mais intensa na sociologia que na economia e mais militante na Educação que nas Ciências Sociais, etc. (PEREIRA, 2003, p.68).

E continua, afirmando que

mesmo as disciplinas aparentemente mais neutras também sofreram abordagens politizantes. É suficiente recensear o compromisso da didática com a transformação social (Candau, 1983) e o compromisso político do professor de Matemática (Duarte, 1985) (PEREIRA, 2003, p.70).

Assim, seria pertinente perguntar: estaria a Educação Física também entre estas “disciplinas aparentemente mais neutras”? Será que a Educação Física, neste período, mostrava-se apta a contribuir com a propalada “transformação social”? E hoje, como estaria esta questão? Enfim, são perguntas a serem respondidas em outro momento.

O caso é que tanto a pesquisa realizada por Rubin, quanto a pesquisa realizada por Ferreira Neto expressam claramente a preocupação destes autores em estabelecer, diante daquele momento de “transição” vivido pela sociedade brasileira à época, um corpo teórico que avançasse em relação a outras perspectivas de análise. Frente ao que se delineava como expressão *hegemônica*, estas duas pesquisas tomam como referência

---

<sup>3</sup> Exemplo disso foi a polêmica sobre “O que é Educação Física”, promovida pela Revista Movimento entre os anos de 1994 e 1996.



central as formulações de Antonio Gramsci, continuador da teoria do conhecimento marxista<sup>4</sup>. Assim, sem ainda considerar outras questões mais pontuais as quais exporemos adiante, as duas pesquisas aqui em foco propunham-se a fazer críticas às formulações “tradicionais” e à própria realidade (social, econômica, política e assim por diante), assumindo este referencial explicitamente.

De um ponto de vista mais geral, portanto, tanto Rubin quanto Ferreira Neto posicionavam-se ao lado das pesquisas que se apresentam como avanços para a área, no sentido de confrontar as posições conservadoras do período da ditadura civil-militar – o que eles mesmos declaram como uma “abordagem crítica” (RUBIN, 1987, p.2; FERREIRA NETO, 1989, p.6). Ao mesmo tempo, ambos argumentam a favor da “transformação social” (FERREIRA NETO, 1989, p.6 e *passim*; RUBIN, 1987, p.13 e *passim*), o que permite considerar que, para além de avanços do ponto de vista científico, procuravam avançar suas pesquisas em direção a novas perspectivas para a sociedade no seu conjunto.

Entretanto, a apropriação do referencial gramsciano pelos pesquisadores mostra-se um tanto insuficiente. Rubin, por exemplo, lista em suas referências quatro livros de Gramsci; não obstante, ao longo do documento, apenas utiliza citações diretas de um desses livros<sup>5</sup> (as demais citações são feitas por outros autores, indiretamente). Já Ferreira Neto, apesar de em sua pesquisa utilizar-se de referências a Gramsci em passagens em que trata sobre *hegemonia, bloco histórico, intelectual orgânico*, faz referência a apenas um livro<sup>6</sup>, apesar da referência gramsciana aparecer o tempo todo como uma das centrais em sua pesquisa.

Por estes elementos, consideramos que as pesquisas de Ferreira Neto e de Rubin situam-se em um movimento caracterizado como “gramscimania” (NOSELLA, 2005, p.226). Avaliando positivamente este fato, Nosella refere que mais de 40% das dissertações e teses produzidas na década de 1980 (na área da Educação) citavam Gramsci como principal referência teórica (NOSELLA, 2005, p.226). Nesse sentido, houve uma quantificação de estudos no período e isto se expressou com um maior número de referências a Gramsci, o que também pode ter ocorrido na Educação Física. No nosso caso, um pouco diferente do que avalia este autor, afirmamos que este movimento não está pleno de tamanha positividade, pelos elementos colocados.

Pizzi argumenta em favor de Gramsci que

O aspecto que o autor acrescenta, e que pode ser considerado bastante relevante, é o elemento político, mas também de forma indireta, através da transmissão dos novos direitos e deveres do novo homem socialista.

Essa proposta de ensinar, já na escola fundamental e média, direitos e deveres constitucionais, mesmo de marca (neo)liberal,

---

<sup>4</sup> A respeito da continuidade da teoria do conhecimento marxiana por Gramsci, conferir o estudo de Martins (2008).

<sup>5</sup> Rubin utiliza citações e referências ao livro *Os intelectuais e a organização da cultura* durante todo o documento, salvo em apenas uma oportunidade na leitura das 124 páginas de sua dissertação. Na página 18 é feita a referência a uma obra de 1966, que não se encontra na lista de referências ao final.

<sup>6</sup> Salvo problemas na versão que tenho disponível para leitura, o livro utilizado por Ferreira Neto está citado como *Civilização dialética da história*, quando deveria, segundo meu conhecimento, ser *Concepção dialética...*. Outra curiosidade é que em sua publicação em livro, o pesquisador retira Gramsci da lista de referências, embora a discussão sobre as categorias referidas acima permaneçam explícitas.

pode ser importante para que, talvez no futuro, ao ingressar em uma atividade produtiva, comece-se a perceber as contradições da sociedade capitalista, e se possa participar na luta política coletiva através dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos [...] (PIZZI, 1999, p.257 – grifo da autora).

Esta explicação parece ser a que melhor situa a importância deste teórico italiano para uma pesquisa sobre a formação política de professores.

Então, como possíveis explicações para o fato de os nossos autores não dominarem completamente o referencial gramsciano está, talvez, a impossibilidade histórica de acessar, dominar e apreender estas referências – de Gramsci, Marx e outros autores clássicos formuladores de teorias claramente voltadas à alteração do modo de produção capitalista – já que suas obras pouco ou nada chegavam até os pesquisadores nas Universidades e, porventura muito menos ainda, na Educação Física. Por outro lado, admitindo que as publicações de Antonio Gramsci em língua portuguesa datam pelo menos de 1966, há que se considerar que já teria sido possível aos pesquisadores melhor se apropriarem de seu conteúdo; todavia, a repressão social também era efetiva no sentido de impedir o acesso a estas obras, além da própria questão da acessibilidade às mesmas<sup>7</sup>. Ferreira Neto clareia esta questão dizendo que “[...] a sociedade brasileira, naquele momento, vivia sob as normas de um modelo fechado. [...] Nesse período, os centros formadores de professores estavam sob ‘vigília’. Pesquisava-se o permitido, dizia-se o possível” (FERREIRA NETO, 1989, p.1). Certamente que pesava o fato de que a vida era prostrada no período, mas julgo que o elemento de uma séria apropriação do referencial também é relevante.

Também é necessário referir o abandono e recuo destas pesquisas por parte destes pesquisadores. No caso de Ferreira Neto é absolutamente possível investigar a trajetória acadêmica anterior e posterior à publicação da sua dissertação por meio da *Plataforma Lattes*. Lá, nota-se que a sequência de suas publicações não retornou ao objeto da formação política dos professores, a não ser com as publicações já referidas de sua pesquisa de mestrado em outros formatos (FERREIRA NETO, 1993a; 1993b). Nos últimos dezesseis anos este pesquisador não tem se dedicado a pesquisar, orientar ou avaliar estudos sobre o tema. Já sobre Rubin, não é possível tecer as mesmas afirmações, visto que seu currículo não foi localizado na Plataforma Lattes<sup>8</sup>.

Portanto, se conclui que ambos os pesquisadores nem retornaram a este objeto em suas pesquisas e, mais ainda, que no caso de Ferreira Neto, também o referencial gramsciano não aparece com tanta ênfase em suas publicações posteriores.

Como último elemento a compor esta crítica, é relevante o fato de que em ambas as pesquisas não está explícita melhor definição sobre o que é a política e o que significa a existência ou não de uma formação neste sentido aos professores. Ao pesquisar “a formação política do professor de Educação Física”, seria necessária uma delimitação deste objeto, no sentido de situar sob que perspectiva o pesquisador se coloca.

Ferreira Neto define política como segue:

---

<sup>7</sup> Por exemplo, para averiguar a data de publicação em língua portuguesa da obra de Gramsci, procedi a uma pesquisa *simples* no buscador *Google*. Assim, pude verificar as primeiras edições pela Civilização Brasileira das *Cartas do Cárcere* (1966), verificação que não era possível aos pesquisadores à época, tanto devido à repressão, quanto ao acesso à *internet*, que ainda não chegava ao alcance dos dias de hoje.

<sup>8</sup> Apesar disso, procurei verificar esta situação realizando uma pesquisa no buscador *Google*, tarefa que não trouxe outros resultados significativos, a não ser a menção a uma revisão técnica de um livro.

aparece no texto com dois sentidos: a) organização social (Estado, Partido Político, Sindicato, Associação, Centro Acadêmico), que procura atender às necessidades culturais de convivência dos seres humanos; e b) toda ação humana que produza efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade (Maar, 1988). (FERREIRA NETO, 1989, p.9).

Contra esta definição, Lessa Filho (2007) argumenta que os estudiosos que propõem que toda e qualquer forma de organização social se denomine de política homogeneízam em um mesmo conceito relações sociais em si qualitativamente diferentes. Assim, terminam fazendo da política uma categoria universal, presente em qualquer formação social, ao cancelarem o fundamento ontológico na propriedade privada do poder político.

A definição de Ferreira Neto, portanto, carece de uma fundamentação acerca do que “é” a política objetivamente. Do ponto de vista metodológico mais geral, isso significa dar prioridade, no processo de conhecimento, ao objeto e não à subjetividade (LESSA FILHO, 2007, p.38).

Sendo a política uma “determinação da existência”, ela deve comparecer na consciência como reflexo do real e, não, ao inverso, como uma dedução do real a partir da opinião ou preferência pessoal do autor. Devemos descobrir o que o real é, o que significa – metodologicamente – o predomínio do objeto sobre a subjetividade no processo de conhecimento; e não, ao contrário, deduzir o real através de fórmulas abstratamente formuladas. As inúmeras “definições” de política que ignoram o fato histórico de ser ela uma determinação reflexiva da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico não conseguem ir muito além dos resultados já alcançados por Aristóteles há mais de dois mil anos (LESSA FILHO, 2007, p.52-53).

Veja-se que a definição de Ferreira Neto, além de ser muito abrangente, não busca a gênese ontológica deste complexo social, arraigada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem. Assim, as respostas a que chega carecem também de melhor fundamentação.

Já sobre Rubin, uma definição de política não se apresenta explicitamente, o que não permite melhor análise sobre a questão. O que é possível verificar é que a pesquisadora reivindica as concepções de “especialista” e “dirigente” (“especialista mais político”), referidas em Gramsci, na formação do professor de Educação Física. Esta é uma questão que está bem analisada e refere-se à discussão sobre a “competência técnica” e o “compromisso político” dos professores (PEREIRA, 2003; NOSELLA, 2005).

Sobre a política, estou com Lessa Filho e assumo que

é o poder que se exerce no e pelo Estado. Decorre da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem.

Tal como o Estado é a sociedade de classes organizada politicamente, a política é o poder de classe que se exerce no e através do Estado. É a disputa, direta ou indiretamente, pelo poder do Estado, pelo poder da propriedade privada organizado politicamente (LESSA FILHO, 2007, p.50).

Em meu julgamento, para encontrar melhores respostas às perguntas pelos pesquisadores da Educação Física formuladas, seriam ainda necessárias outras análises, sobre outros elementos que compõem a formação política do professor de Educação Física. E, se este caminho for correto, a hipótese que sustento é de que a cultura docente (MOLINA NETO, 1997), o processo de desenvolvimento da consciência (IASI, 2007), a formação inicial e a formação permanente e a história de vida, além das condições materiais e objetivas da sociedade são estes componentes, imbricados dialeticamente. Estes componentes deveriam ser analisados para se chegar a uma melhor resposta sobre como se forma politicamente o professor de Educação Física.

### *Considerações finais ao debate*

A conjuntura política dos embates particulares da área de Educação Física nas últimas três décadas tem se refletido em sua produção acadêmica. A partir dos anos de 1980, não foram poucas as pesquisas realizadas que buscaram avaliar e propor novas formulações a questões a serem superadas, tanto na realidade do trabalho pedagógico, quanto na das políticas públicas, da formação profissional, assim como nas próprias disputas teóricas e ideológicas desta área. Grande parcela das pesquisas no âmbito específico da Educação Física tem expressado a conjuntura política desta área, o que se visualiza também fortemente no último decênio, quando se criou o sistema Confef/Crefs (Conselho Federal e Regionais de Educação Física, criados a partir da Lei 9696/98), fato que, a meu julgamento, traz nova perspectiva para o debate político na Educação Física.

Se a formação política do professor de Educação Física é um tema recorrente nas pesquisas e – antes disto – importante para o avanço em direção a uma outra sociedade – socialista –, assumindo a possibilidade de que esta formação componha a *omnilateralidade* do ser humano emancipado, a sua análise, a sua crítica e posterior superação mostram-se necessárias. As pesquisas sobre a formação de professores na Educação Física ao se debruçarem sobre este objeto podem contribuir para este avanço na teoria, e conseqüente e concomitantemente, avançar para a materialização desta nova ordem.

Até aqui, é possível indicar que os estudos sobre a formação política de professores de Educação Física necessita de melhor fundamentação sob o ponto de vista da radicalidade ontológica – do que seja a política e do que seja uma formação ou educação política. Novos estudos, portanto, necessitam preencher esta lacuna teórica, na inter-relação com a Educação Física. Nesse sentido, espero ter apontado algumas indicações que acrescentem às pesquisas nesta área, abrindo, “por meio da crítica do velho”, o caminho para a possibilidade de “encontrar o novo”.

A polêmica que espero ter reiniciado tem também a intenção de responder a uma pergunta deste tempo histórico que vivemos: seria possível dizer que as lutas da atual conjuntura, das quais participam os professores de Educação Física, expressam as



mesmas possibilidades de alteração da correlação de forças, ou seja, representam alterações significativas para a sociedade no seu conjunto ou são apenas lutas específicas e intestinas a esta área? A Educação Física brasileira ainda tem se perguntado sobre a possibilidade da construção de uma nova ordem socialista? O desafio final, se bem entendo o fazer científico, é fazer com que o debate *in stricto sensu* aqui recolocado ultrapasse este limite, chegando, quem sabe, à luta social concreta pela materialização desta via.

### Referências

FERREIRA NETO, A. (1989). A formação política do professor de Educação Física. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Curso de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro: UGF.

FERREIRA NETO, A. (1993a). A formação política do professor de Educação Física. In: FERREIRA NETO, A.; [et al.]; VOTRE, S. (org.). Ensino e avaliação em Educação Física. São Paulo: IBRASA. p.19-50.

FERREIRA NETO, A. (1993b). Educação Física em Sergipe: ou a formação política do professor. Motrivivência, São Cristóvão/SE, n. 4, Jun.

FERREIRA NETO, A. (2009). Currículo publicado na Plataforma Lattes. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4768999J6>. Acesso em 25/3/2009.

GRANITO DE ARENA. (2005). Corrugated Films. Jill Freidberg (escritor, produtor, diretor). Jill Freidberg (editor). Jonas Nicotra (narração em Língua Portuguesa). Ana Carla Lacerda (tradução para Língua Portuguesa). 1 DVD.

IASI, M. L. (2007). Reflexões sobre o processo de consciência. In: IASI, M. L. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular. p.11-45.

LESSA FILHO, S. A. (2007). Lukács – ética e política: observações acerca dos fundamentos ontológicos da ética e da política. Chapecó: Argos.

MARTINS, M. F. (2008). Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade? Campinas: Autores Associados; Americana: Unisal.

MOLINA NETO, V. (1997). A cultura do professorado de educação física das escolas públicas de Porto Alegre. Movimento. Porto Alegre, Ano 4, v.7, 1997/2. p.34-42.

MOREIRA NETO, E. A.; LIMA, E. C. dos S.; TONET, I. (2009). O conceito de crítica em Marx. Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ano 1, n.1. jan. p.166-171.

NOSELLA, P. (2005). Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 90, Jan./Abr. p.223-238

PEREIRA, G. R. de M. (2003). A força das afinidades: estudo sobre a politização do campo educacional brasileiro. R. bras. Est. pedag. Brasília, v. 84, n.206/207/208. jan./dez. p.67-78.

PIZZI, L. C. V. (1999). 'Politecnia' e omnilateralidade no Brasil: um olhar crítico. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP.

RUBIN, C. F. (1987). A formação política do professor de Educação Física: uma visão gramsciana. Dissertação (Mestrado em Educação). Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: UFSM.

Guilherme Gil da Silva

Mestrando no PPGCMH/UFRGS; bolsista CAPES; pesquisador do Grupo F3P-EFICE/UFRGS

E-mail: [guilermegil@gmail.com](mailto:guilermegil@gmail.com)

Endereço para correspondência: Rua Marina Sirângelo Castello, 54/208, bairro Jardim Itu-Sabará, CEP 91215-085, Porto Alegre/RS

*Tecnologia para apresentação: datashow*